

MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NACIONAIS VOLTADAS PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

MAPPING OF PUBLIC POLICY FOR NATIONAL PUBLIC LIBRARIES IN BRAZIL

Elisa Campos Machado
Alberto Calil Junior
Daniele Achilles

Resumo: Apresenta o mapeamento das políticas culturais no Brasil voltadas para as bibliotecas públicas, no âmbito federal, no período de 2003 a 2014, como parte de uma investigação, que vem sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas: reflexões e práticas”, com o objetivo de sistematizar conhecimentos relevantes sobre o assunto, apoiar o desenvolvimento científico na área e a formulação e implementação de políticas públicas de qualidade. Leva em consideração a literatura e a legislação voltada para esse tipo de equipamento cultural. Apresenta os programas e ações do governo federal onde as bibliotecas públicas estão presentes e, por fim, aponta os agentes, instituições públicas e grupos de interesse envolvidos ou impactados diretamente na formulação das políticas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Políticas Culturais. Bibliotecas Públicas.

Abstract: It presents the results of an investigation on cultural policies for libraries in Brazil at the federal level between 2003 and 2014. This investigation is part of a research program which is being developed by the research group “Public Libraries: reflections and practices”, with the objective of systematizing relevant knowledge on the subject, supporting the scientific development and formulating and implementing of quality public policies. It takes into account the literature and legislation that concerns this kind of cultural institution. It displays the programs and actions of the federal government where public libraries are present and, finally, points out agents, public institutions and interest groups involved or directly affected in policy formulation.

Keywords: Public Policy. Cultural Policy. Public Libraries.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para as bibliotecas no Brasil tem sido um dos pontos focais nos debates e estudos do Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas: reflexões e práticas⁵⁴, criado no ano de 2013 e certificado pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Isso se deve à percepção dos membros do Grupo na emergência da aproximação da ciência e tecnologia da sociedade e, na opção pelo desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que atendam de maneira concreta, as demandas sociais.

Nesse contexto, deu-se início à investigação que tem por objetivo sistematizar conhecimentos relevantes sobre as políticas públicas na área de bibliotecas no Brasil, para

⁵⁴ O Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas: reflexões e práticas foi criado em maio de 2013, no Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (DEPB/CCH/UNIRIO) e integra duas linhas de pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade, e Organização e Representação do Conhecimento.

apoiar o desenvolvimento científico na área e a formulação e implementação de políticas públicas de qualidade. O mapeamento foi definido como o primeiro passo dentro do processo investigativo em curso.

A justificativa para a realização dessa investigação é a evidente carência de informações atualizadas, precisas, claras e sistematizadas sobre o tema e, a consequente necessidade de compartilhar esse conhecimento com os pesquisadores e profissionais da área, com vistas a qualificar as pesquisas e possibilitar o desenvolvimento de estudos de impacto dessas políticas para a sociedade. Nesse sentido vale citar Rubim (2006 p. 10), que defende que a investigação das etapas que envolvem as formulações das políticas as quais são condensadas em planos, programas e projetos, assim como as ações, pensadas e realizadas, e, inclusive, as conexões e contradições entre elas é vital para o conhecimento das políticas culturais.

Vale esclarecer que a investigação parte da hipótese de que existem políticas nacionais para bibliotecas públicas, no entanto, existem diferentes fatores que dificultam a sua difusão, compreensão e apropriação por parte dos Estados, Municípios e da própria sociedade.

Neste trabalho serão apresentados os resultados da primeira etapa dessa investigação, que se constitui em um mapeamento aprofundado das políticas culturais voltadas para as bibliotecas públicas, que teve por objetivo identificar os meios, estratégias, instituições, atores e grupos de interesse que estão envolvidos nesse cenário. Os resultados desse mapeamento possibilitarão, em longo prazo, a realização de outros estudos que envolvem a análise rigorosa e aprofundada das políticas públicas para bibliotecas no país.

1.1 As bases conceituais

Para iniciar essa discussão cabe resgatar as bases teóricas e conceituais da Biblioteconomia que caracterizam os diferentes tipos de bibliotecas: nacionais, públicas, infantis, escolares, universitárias e especializadas (FONSECA, 2002), visto que, no Brasil, a fragilidade dos conceitos tem levado a sociedade e os governos a tratar as bibliotecas a partir de uma concepção baseada no senso comum e não nas bases conceituais, internacionalmente aceitas, para a área. Entende-se que a dificuldade em identificar, ou caracterizar as bibliotecas se deve ao fato das mesmas serem instituições que atuam de maneira transversal em diferentes áreas.

Segundo os cânones da área, as bibliotecas de instituições de ensino básico e médio são caracterizadas como bibliotecas escolares; de instituições de ensino superior são bibliotecas universitárias; de empresas e instituições públicas em geral, bibliotecas

especializadas; e, aquelas que estão localizadas na cidade, nos bairros, que atendem a todos os cidadãos se configuram como as bibliotecas públicas.

Na Administração é a missão que orienta a existência de uma instituição. Dentro desse contexto é determinante que as bibliotecas, entendidas como instituições sociais, tenham sua missão bem definida, pois seu acervo, serviços, espaços e tipologias serão definidos e caracterizados a partir de sua missão. É válido observar, por exemplo, o caso de uma biblioteca criada dentro de um museu de arte contemporânea. Qual é a sua missão? - atender por meio de seu acervo, dos seus espaços e serviços o público interessado nessa temática. Portanto, essa biblioteca, mesmo que seja mantida por uma instituição pública governamental, se caracteriza como uma biblioteca especializada na área específica deste museu, ou seja, em arte contemporânea.

No caso das bibliotecas públicas é importante ressaltar que em sua maioria as mesmas são mantidas por instituições públicas da administração direta ou indireta de municípios e estados, com vistas a cumprir o dever do Estado de garantir a todo cidadão o acesso à informação e à leitura, como prevê a Constituição Federal em seu Artigo 5º, inciso XIV, do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assim como, no artigo 215, do Capítulo III – da Cultura. Além disso, o Brasil segue as diretrizes da IFLA/UNESCO (1994), que em seu manifesto define a biblioteca pública como "o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros".

Apesar de ainda hoje, grande parte da sociedade partir do senso comum e relacionar as bibliotecas públicas à área de Educação, as mesmas se configuram como equipamentos culturais, portanto, "são as políticas culturais que, por meio de sua administração pública e do conjunto de leis e regulamentações, buscam caminhos para o fortalecimento dessas bibliotecas e o estabelecimento de ações de longo alcance, com caráter permanente" (MACHADO, 2010, p. 97).

Nesse sentido é importante esclarecer que partiu-se da noção de política cultural que se configura como uma

ação do poder público ancorada em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários. Esta política é orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, proporcionando à mesma o acesso aos bens culturais (IBGE, 2007, p. 253).

Os estudos sobre políticas públicas apontam duas abordagens, estatista e multicêntrica. Segundo Secchi (2010 apud LIMA 2012 p. 51), "a abordagem estatista admite que atores não

estatais tem influência no processo de elaboração de políticas públicas, mas não confere-lhes o privilégio de estabelecer e liderar o processo". Diferentemente da estatista, a abordagem multicêntrica tem por característica fundamental o problema público e não o ente formulador, ou seja, o protagonismo na formulação da política pública segundo esta abordagem são as organizações privadas, organizações não governamentais e os agentes estatais. Nesta pesquisa optamos pela abordagem estatista, ou seja, aquelas em que as políticas culturais são emanadas do Estado como resultado de processos governamentais.

1.2 As opções metodológicas

A investigação sobre políticas culturais voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil é de natureza aplicada, tem objetivos exploratórios e se configura por um lado, como pesquisa documental, visto que foi realizada com base em fontes primárias predominantemente documentos governamentais e, por outro lado, como pesquisa-ação, tendo em vista que ela vem sendo desenvolvida de maneira contínua, na qual os pesquisadores estão envolvidos de modo cooperativo no processo de construção das políticas, no âmbito federal, na área de bibliotecas públicas. Cabe esclarecer que o fato de um dos autores e membro do Grupo de Pesquisa participar ativamente do processo de construção das políticas públicas, resulta na maior consciência dos princípios que conduzem em trabalho e, os resultados apresentam características tanto da prática rotineira, quando da pesquisa científica.

Segundo Costa e Dagnino (2008, p. 100), a análise de políticas públicas implica em: “identificar as organizações (instituições públicas) com elas envolvidas e os atores que nestas se encontram em posição de maior evidência”, identificando suas relações institucionais; “pesquisar as relações que se estabelecem entre esses atores-chave que representam os grupos de interesses existentes no interior de uma instituição e de grupos externos” e, por fim, comparar sistematicamente a situação observada com o padrão proposto, ou seja, a estrutura de poder e das regras de sua formação. A partir dessa concepção se optou por iniciar a investigação pela realização de um diagnóstico.

O recorte temporal selecionado foi de 12 anos, compreendendo o período de 2003 a 2014, o que corresponde a três períodos de governo (Luiz Inácio Lula da Silva 2003-2006, 2007-2010 e Dilma Rousseff (2011-2014).

O desenvolvimento do trabalho levou em consideração a literatura produzida na área, assim como a legislação que trata especificamente desse tipo de equipamento cultural. Mapeou-se os programas e ações do governo federal onde as bibliotecas públicas estão

presentes e, por fim, apontou-se os agentes, instituições públicas e grupos de interesse envolvidos ou impactados diretamente na formulação das políticas.

Esta etapa da investigação que se configura no diagnóstico é considerada pelos autores como a base para o desenvolvimento das análises sobre políticas públicas para bibliotecas no país.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Souza (2006) políticas públicas como área de conhecimento surgiu nos EUA, por volta dos anos de 1930, e o termo *police analysis* (análise de políticas públicas), foi introduzido por H. Laswell, um dos fundadores dessa área, e é entendido como uma:

forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006, p. 23).

Especificamente sobre as políticas culturais Lia Calabre (2007, p. 1) afirma que “a institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais”. No Brasil, segundo a autora, foi no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que foram implantadas o que se pode chamar de primeiras políticas culturais, naquele momento, com o objetivo de institucionalizar o setor cultural. Mais recentes ainda são os estudos e análises sobre políticas culturais no país (RUBIM, 2006).

Com relação aos estudos acadêmicos de políticas culturais nacionais voltados para bibliotecas públicas, destaca-se a tese de doutorado, defendida em 1994, *A biblioteca 'fora do tempo': políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989*, de Zita Catarina Prates de Oliveira. Em sua pesquisa Oliveira (1994) opta por analisar as influências dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Planos Setoriais de Educação e Cultura no planejamento das políticas de bibliotecas e destaca as políticas do livro concebidas pelo Instituto Nacional do Livro (INL).

Oliveira (1994, p. 19) declara que a política de bibliotecas públicas surgiu através do Decreto Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937 que rege a criação do INL, visto que uma de suas atribuições era o incentivo à criação, organização, bem como a manutenção das bibliotecas públicas brasileiras. Para a autora, as políticas públicas se configuram em:

um conjunto de decisões deliberadas, de longo alcance, condensadas em um corpo de documentos governamentais, com o objetivo de regular a criação, a administração e o desenvolvimento de determinada área da sociedade. Essas diretrizes, ao determinarem um curso de ação, oferecem também uma visão estratégica e prospectiva, na medida em que ao definirem as ações presentes, predizem uma situação futura (OLIVEIRA, 1994, p. 28).

Ademais, a autora afirma que existem dois componentes que se agregam as políticas públicas. O primeiro seria um componente aparente, ou seja, aquele expresso por documentos oficiais, pertencentes a diversos setores e em diferentes níveis decisórios. Esse componente aparente reúne os objetivos a serem alcançados pela política. O segundo componente é caracterizado como implícito da política, isto é, encontra-se presente nas ideologias vigentes, como também nas estruturas permanentes do poder, considerando-se que, esses componentes interferem ou até mesmo condicionam a implantação dessas políticas (MENOU, 1991, p. 50 apud OLIVEIRA, 1994, p.28).

Dessa forma, as políticas públicas apresentam-se na esfera governamental e são implementadas por setores ligados a essa esfera, mas ainda contam com outras instituições que podem se aliar a esfera governamental. Segundo Jorge Monteiro (1982, p. 45 apud OLIVEIRA, 1994, p. 29) “a política [pública] é como um conjunto de atividades de controle e de processo decisório exercida pelo poder público”. Portanto, analisá-las significa testar sua efetividade perante a sociedade. Além disso, essas análises podem antever futuras ações implementadas por diretrizes a serem criadas pelo governo.

Além de Oliveira (1994), cabe destacar a dissertação de Marília de Abreu Martins de Paiva, sob o tema *Bibliotecas públicas: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006*, defendida em 2008. Nesta pesquisa, a autora apresenta um panorama das políticas para bibliotecas públicas em âmbito nacional, divide o período compreendido entre 1990 a 2006 e faz uma análise documental das leis e atos do poder público federal, com o objetivo de desvendar as políticas para as bibliotecas públicas, levando em consideração as demandas e questões relativas à Sociedade da Informação.

Paiva (2008, p. 14) afirma que “as bibliotecas públicas devem se desenvolver de acordo com políticas, cujas grandes diretrizes são estabelecidas pelo governo federal”. E ressalta que neste período, o qual ela analisa as políticas públicas, coincide com um momento especial no âmbito das políticas públicas, uma vez que no início da década de 1990 o Instituto Nacional do Livro encontrava-se em declínio e ao mesmo tempo surgiram diversas preocupações no contexto de políticas públicas que tange as tomadas de decisões sobre a implementação de uma Sociedade da Informação no Brasil.

A autora constrói um histórico das políticas públicas no período citado e destaca alguns elementos presentes em outros textos que são extremamente relevante à análise das políticas públicas. Dessa forma, cabe destacar dois elementos levantados por Paiva (2008, p. 50) que nos auxilia na compreensão da estrutura das políticas públicas. A autora indica o ciclo das políticas públicas de Souza (2005 apud PAIVA, 2008, p. 50) e o ciclo político enfatizado

por Frey (2000 *apud* PAIVA, 2008, p. 50-51). Tais ciclos são apresentados a seguir num QUADRO comparativo:

QUADRO 1: Ciclo político comparativo

Ciclo das Políticas Públicas - Etapas	Ciclo Político – Etapas
Definição da agenda	Percepção e definição dos problemas
Identificação de alternativas	Agenda-setting
Avaliação de opções	Elaboração de programas e decisão
Seleção de opções	Implementação de políticas
Implementação e, Avaliação	Avaliação de políticas e eventual correção de ação

Fonte: Os Autores (2014)

A aproximação entre os ciclos representa a relação entre essas duas esferas que partem da demanda social e são recebidas pela administração pública, que por sua vez devolve propostas de ações a serem implementadas e conseqüentemente avaliadas.

As pesquisas de Oliveira (1994) e Paiva (2006) tem sido a base conceitual de muitos trabalhos acadêmicos na área de Biblioteconomia, tanto no nível de graduação como de pós-graduação, no entanto, ambos não abrangem o período atual. A dissertação de Paiva (2008), mais recente, finaliza suas análises no ano de 2006, o que indica uma lacuna nas análises sobre políticas culturais voltadas para bibliotecas públicas no Brasil.

Cabe destaque também para algumas obras publicadas nos últimos anos a respeito do assunto, que têm contribuído para ampliar as informações e os debates a respeito das políticas públicas voltadas para bibliotecas, são elas:

- *O Brasil pode ser um país de leitores*, publicada em 2004 por Felipe Lindoso, discute a história da indústria editorial no Brasil e faz uma análise das ações, programas e políticas voltadas para bibliotecas públicas.
- *Cidadania cultural: o direito à cultura*, publicada em 2006 por Marilena Chauí, apresenta um balanço de sua atuação na Secretaria Municipal de São Paulo, nos anos de 1990, e apresenta uma análise das políticas culturais voltadas para as bibliotecas no município.
- *PNLL: texto e história*, publicada em 2010, sob a organização de José Castilho Marques Neto, a obra reúne uma série de textos que apresentam e discutem as políticas públicas para a área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no âmbito nacional, durante o período de 2006 a 2010.

3 CAMPO EMPÍRICO

Em relação à legislação, a partir do levantamento realizado foi possível conferir que no Brasil não há uma lei específica que oriente, ou estabeleça parâmetros mínimos para que os municípios e estados implementem bibliotecas públicas em suas localidades. A área é regida pelas diretrizes internacionais estabelecidas pelo Manifesto da IFLA/UNESCO (1994), muito difundido no campo da Biblioteconomia, e pelas diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).

O SNBP foi instituído por meio do Decreto Presidencial no. 520 de 13 de maio de 1992, subordinado a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), instituição vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). Em 2012, por meio Decreto no. 7.748 de 8 de junho de 2012, que alterou a estrutura organizacional da FBN, o SNBP passou a ser subordinado à Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), da FBN. No entanto, suas atribuições continuaram a ser as mesmas.

Desde sua criação, o SNBP trabalha de maneira articulada com os Sistemas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Bibliotecas Públicas, com o objetivo de fortalecer suas ações e estimular o trabalho em rede e colaborativo com vistas a ampliar o número de bibliotecas no país e qualificar os espaços, acervos e serviços oferecidos aos cidadãos no que se refere ao acesso à informação e à leitura.

No ano 2000, o SNBP publicou a obra *Bibliotecas Públicas: princípios e diretrizes* que dá orientações básicas acerca do tema; no entanto, cabe ressaltar que apesar da obra ser amplamente difundida no país ela não se configura como um documento regulador. Além disso, apesar de ter sido reeditada em 2010, não foram feitas atualizações significativas, resultando num documento que pouco atende as demandas de informação e leitura da sociedade contemporânea. Nesse sentido, vale citar a análise realizada por Farias (2013) da concepção e função social da biblioteca apresentada pelo SNBP nessa obra.

A Lei no. 10.753, de 30 de outubro de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, prescreve o seu Capítulo V, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão consignar, em seus respectivos orçamentos, verbas para as bibliotecas com a finalidade de possibilitar sua manutenção e aquisição de livros. E ainda, estabelece a inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura por meio dos recursos advindos do Fundo Nacional de Cultura (FNC).

Já a Portaria MinC no. 117, de 01 de dezembro de 2010, estabelece como condição para liberação de recursos financeiros do Ministério da Cultura (MinC) aos entes federados a

existência de biblioteca pública em condições minimamente adequadas de atendimento à população. Apesar de ser considerada um avanço e um marco regulador para a área, foi revogada em 17 de abril de 2014, por meio da Portaria no. 33/2014/MinC.

Basicamente, essa é a legislação que regula a área de bibliotecas públicas no país. Dentro desse contexto, vale ressaltar que nos últimos anos vários representantes do poder legislativo tem apresentado Projetos de Lei (PL) acerca das bibliotecas públicas, no entanto, são poucas as contribuições que estes PLs tem trazido para a área, visto que partem da concepção equivocada e reducionista da biblioteca pública vista como um espaço unicamente voltado para o atendimento as demandas escolares.

O fato do país não ter uma legislação reguladora na área de bibliotecas públicas fragiliza as estratégias de fortalecimento, valorização e qualificação desse tipo de equipamento cultural, tanto em relação às bibliotecas públicas mantidas pelo Estado, como em relação às bibliotecas públicas e comunitárias mantidas por entidades privadas. Portanto, avaliar a possibilidade do país elaborar uma lei específica para a área passa a ser uma demanda emergencial. O país carece de uma legislação que defina os princípios básicos para esse tipo de equipamento cultural, o direito do cidadão à informação e à leitura, o dever do Estado e das organizações culturais, assim como dos profissionais que atuam nesses espaços, a exemplo das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9324 de 20 de dezembro de 1996.

Vale lembrar que em relação a outros tipos de bibliotecas, o Brasil possui a Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e estabeleceu parâmetros mínimos para as bibliotecas universitárias e a Lei da Biblioteca Escolar, no. 12.244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país.

4 PLANOS E PROGRAMAS DE GOVERNO

Dentre as ferramentas identificadas para traçar, planejar, organizar e implementar as políticas públicas estão o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), o Programa Livro Aberto, o Programa Mais Cultura e o Programa Cultura, Preservação e Acesso. Na estrutura governamental os Planos definem as diretrizes e os Programas os recursos orçamentários.

O PNC foi instituído pela Lei nº. 12.343, de 2 de dezembro de 2010, com validade de 10 anos. Foi construído a partir do resultado de fóruns, seminários e consultas públicas e segue os princípios da gestão e participação social. Baseia-se na cultura como expressão

simbólica, como direito de cidadania e, como potencial para o desenvolvimento econômico. Se configura em um conjunto de objetivos, diretrizes e estratégias que orientam a formulação das políticas culturais brasileiras. Com base no PNC, o MinC estabeleceu 53 metas das quais 6 delas estão voltadas diretamente para a área de bibliotecas públicas. São elas:

Meta 20 – Média anual de 4 livros lidos fora do aprendizado formal por cada brasileiro.

Meta 29 – 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.

Meta 32 – 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento.

Meta 34 – 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.

Meta 35 – Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura.

Meta 41 – 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Cabe registrar que no PNC existem outras metas que merecem atenção, visto que podem ser consideradas complementares e rebatem positivamente nas bibliotecas públicas, tais como aquelas que fomentam a produção literária, a constituição de grupos culturais em suas localidades, ou ainda aquelas que tratam de formação e qualificação de agentes e gestores culturais.

Ainda no início do governo Lula, foi lançado o Programa Fome de Livro, instituído como uma estratégia para articular o conjunto de ações realizadas pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil organizada. Paralelamente, com o objetivo de iniciar um grande movimento nacional e, em sintonia com o *Plan Ibero-americano de Lectura*, o governo federal estabeleceu o ano de 2005 como o ano do livro e da leitura e instituiu a marca VIVALEITURA. Em decorrência dessa ação surgiu capitaneada pelo Ministério da Cultura, o Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) com a intenção de se constituir numa política de Estado. A partir desse momento, inicia-se um processo de articulação dos inúmeros projetos, programas, ações e atividades ligadas ao livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas.

A construção do PNLL se deu partir de uma série de reuniões, debates e articulações e teve sua criação formalizada pelo MinC em 2006. Por meio deste documento foram definidos 18 objetivos e metas organizadas em 4 eixos, a saber: - eixo 1: democratização do acesso; - eixo 2: fomento à leitura e à formação de mediadores; - eixo 3 - valorização institucional da

leitura e incremento de seu valor simbólico; - eixo 4: desenvolvimento da economia do livro. Em 2011, o PNLL foi institucionalizado por meio do Decreto nº. 7559 e, em 2013 teve início a revisão dos seus objetivos e metas, trabalho que se encontra em processo de execução.

Com base no texto do PNLL é possível identificar que as bibliotecas públicas estão presentes fundamentalmente no eixo 1 e, os objetivos e metas vinculados, direta ou indiretamente, a essa área são:

formar leitores, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura (número de livros lidos por habitantes/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas.

implantação, modernização e qualificação de acervos, equipamentos e instalações de acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas de acesso público nos municípios brasileiros.

fomento a formação de mediadores e agentes de leitura.

realização bienal de pesquisa nacional sobre leitura.

implementação e fomento de núcleos voltados a pesquisa, estudo e indicadores nas área da leitura e do livro em universidades e outros centros.

concessão de prêmio anual de reconhecimento a projetos e ações de fomento às práticas sociais de leitura.

identificação e cadastro contínuo das ações de fomento à leitura em curso no país.

elevação significativa do índice de empréstimos de livros em bibliotecas (sobre o total de livros lidos no país).

estimular continuamente a criação de planos estaduais e municipais de leitura.

assegurar o acesso a pessoas com deficiência, conforme determinações da legislação brasileira e dos imperativos conceituais e objetivos expressos no amplo direito à leitura para todos os brasileiros contidos neste Plano (MARQUES NETO, 2010, p. 50).

Com base nos programas e ações do governo federal voltados para a área de Bibliotecas Públicas constam também o Programa Livro Aberto e o Programa Mais Cultura. Vale esclarecer que são por meio dos programas que são organizadas e indicadas as ações orçamentárias do governo federal dentro da Lei Orçamentária aprovada e gerida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O Programa Livro Aberto, nº. 0168 era um programa do governo dentro da ação orçamentária que integrava a Lei de Orçamento Anual do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de responsabilidade do Ministério da Cultura (MinC), coordenado pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e composto por uma série de ações, tais como: - implantação e modernização de bibliotecas públicas; – concessão de bolsas na área do livro e da leitura; – capacitação de agentes públicos na área do livro e leitura; entre

outros. Identificamos este programa nos relatórios de gestão da FBN. No entanto, a partir de 2012, iniciou-se no âmbito do MinC uma reorganização da estrutura orçamentária na área de cultura, reduzindo o número de programas e ações governamentais. Atualmente o orçamento da área de bibliotecas do MinC está organizado dentro do Programa 2027 - Cultura, Preservação e Acesso.

No dia 4 de outubro de 2007, por meio do Decreto Federal nº. 6.226 foi instituído o Programa Mais Cultura com três linhas de ações, sendo que a rede de bibliotecas públicas foi contemplada na primeira linha, “Cultura e cidadania” e as bibliotecas comunitárias na segunda linha de ação, “Cidade Cultural” (BRASIL, 2007b).

A partir desses Planos e Programas são propostos os projetos específicos para cada área. No âmbito das Bibliotecas Públicas identificamos os seguintes projetos:

- Instalação e modernização de Bibliotecas Públicas por meio da distribuição de acervos, equipamentos e mobiliários - de 2004 a 2012.
- Instalação e modernização de Bibliotecas Públicas por meio de repasse de recurso - de 2008 a 2014.
- Projeto Mais Bibliotecas Públicas - de 2013 a 2014.
- Projeto Bibliotecas em Rede - 2014.
- Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas - de 2014 a 2015.

Paralelamente outras ações que não se configuram em projetos são realizadas no âmbito destes Planos e Programas tais como encontros, formação de pessoal, pesquisas na área, monitoramento e avaliação dos investimentos de governo.

5 ATORES E GRUPOS DE INTERESSE

Conforme apontado no início deste trabalho a análise de políticas públicas implica na identificação dos atores e grupos de interesse, posto que as futuras análises que este diagnóstico deverá gerar precisam levar em conta as forças e poderes dentro desse contexto.

Este cenário é muito amplo, pois as políticas públicas mesmo considerando somente aquelas emanadas do Estado, são resultado de uma complexa interação entre agentes estatais e não estatais. Para Rubim (2006, p. 11),

a proliferação de organizações não-governamentais, instituições e entidades da sociedade civil com atuação no setor cultural igualmente têm performance pronunciada sobre a cultura e as políticas culturais na contemporaneidade.

Nesse sentido, aponta-se um grande número de instituições privadas sem fins lucrativos atuando na área de leitura, literatura e bibliotecas no país. Algumas delas ligadas a

grandes empresas tal como o Instituto Ecofuturo, criado pela empresa Suzano de Papeis e Celulose, ou ainda o Instituto C&A, criado pela rede de lojas C&A.

Movimentos sociais também são importantes forças nesse cenário, tal como o Movimento Brasil Literário⁵⁵, lançado em 2009 por meio de um Manifesto redigido pelo escritor Bartolomeu Campos de Queirós, que reúne uma série de pessoas, redes e instituições ligadas a área de leitura, literatura e bibliotecas.

No cenário internacional a Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições (IFLA), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Centro Regional para o Fomento na América Latina e o Caribe (CERLALC) e o Programa IBERBIBLIOTECA⁵⁶ ocupam um espaço nas políticas públicas para bibliotecas no país.

No cenário governamental, há de se considerar os 26 estados, o Distrito Federal e os 5.570 municípios brasileiros como importantes agentes. E, no governo federal, os agentes que atuam na formulação de políticas para bibliotecas públicas estão ligados diretamente ao MinC, por meio do SNBP/DLLB, que atualmente encontra-se subordinada a FBN. No entanto, evidenciam-se neste diagnóstico que a construção de políticas perpassa por várias áreas, secretárias e sistemas do Ministério, tais como: o Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC) que atua no mapeamento dos agentes e equipamentos culturais do país, a Secretária de Articulação Institucional (SAI) que coordena o Sistema Nacional de Cultura (SNC)⁵⁷, a Secretaria de Economia Criativa (SEC) que coordena os Centros de Artes e Esporte Unificados (CEUs das Artes)⁵⁸, a Diretoria de Programas Especiais de Infraestrutura

⁵⁵ Mais informações sobre o Movimento Brasil Literário podem ser obtidas no endereço eletrônico - <http://www2.brasilliterario.org.br/pt/home>

⁵⁶ O Programa Iberoamericano de Bibliotecas Públicas - IBERBIBLIOTECAS foi criado com a finalidade de contribuir para a consolidação do Espaço Cultural Iberoamericano e reafirmar a função social das bibliotecas. Tem como objetivo promover o acesso livre e gratuito a leitura e a informação de todos os cidadãos sem discriminação nenhuma, através da conformação de uma rede iberoamericana de cooperação em matéria de bibliotecas públicas que permita gerar sinergias e potencializar recursos em uma plataforma de benefício comum para todos os países membros do programa IBERBIBLIOTECAS.

⁵⁷ O SNC se configura numa ferramenta que viabiliza o processo de gestão e promoção conjunta das políticas públicas de cultura. É organizado em regime de colaboração entre os três entes federados, União, estados e municípios.

⁵⁸ O CEU das Artes se configura em uma praça com equipamentos culturais de esporte e lazer e possui uma biblioteca pública.

Cultural (DINC) que coordena a construção de equipamentos culturais, a Secretaria de Fomento e Incentivo Cultural (SEFIC) e a Secretaria de Políticas Culturais (SPC).

Ainda no âmbito governamental há de se levar em consideração também as Comissões, Comitês e Colegiados, tais como a Comissão Nacional de Políticas Culturais (CNPC), o Comitê de Integração de Políticas Culturais (CIPOC), o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura (CSLLL), assim como as Frentes Parlamentares que atuam na área de Cultura, Educação, tal como a Frente Parlamentar em Defesa das Bibliotecas Públicas, lançada em 2011, na Câmara dos Deputados.

A pluralidade e complexidade na identificação dos agentes se ampliam no âmbito social, pois envolve os bibliotecários, acadêmicos e pesquisadores, editores, livreiros entre outros profissionais que atuam na área do livro, da leitura, literatura e informação.

Cabe apontar as organizações que abrigam esses agentes, tais como os Conselhos Federal e Regional de Biblioteconomia (CFB e CRB), a Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), as Associações e Sindicatos brasileiros na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, assim como aquelas que abrigam os editores, livreiros e distribuidores de livros: Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR), entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou os resultados da primeira fase da investigação acerca das políticas culturais voltadas para bibliotecas públicas no país. A partir deste cenário inicia-se a segunda fase da investigação que se refere à análise propriamente dita destas políticas: a partir da análise desses resultados será possível identificar as relações institucionais, os agentes que representam os grupos de interesses, comparar a estrutura de poder e as regras de formulação e implementação das políticas com vistas a identificar os impactos dessa políticas para a sociedade.

A seguir estão elencados alguns pontos que merecerão destaque na fase da análise:

- a incidência, presença e valor dado para as bibliotecas públicas no Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL);
- os marcos regulatórios que se configuram na legislação atual - estudo sobre a necessidade de atualização e complementação das leis vigentes, ou ainda sobre a pertinência ou não da criação de uma lei específica para a Biblioteca Pública. Nesse

sentido, recomenda-se a realização de estudos comparados, tendo em vista que existem experiências bem sucedidas e com realidade próxima à brasileira, como por exemplo a Lei de Bibliotecas Públicas da Colômbia.⁵⁹

- estudos relativos aos investimentos governamentais e seus impactos nas comunidades.
- dados estatísticos que favoreçam a pesquisa e a identificação da real situação das bibliotecas públicas no país.
- espaços, mecanismos e nível de participação da sociedade na formulação das políticas culturais para bibliotecas.

Ao investir esforços em pesquisas acerca das políticas culturais voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil espera-se contribuir para ampliar o debate sobre esta temática na área de Biblioteconomia, colaborar para qualificar os processos e mecanismos de formulação dessas políticas, assim como construir bases sólidas para o desenvolvimento de análises rigorosas e aprofundadas sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Políticas Nacionais de Informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2004, Salvador. **Anais...** Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/palestras/polinforma.ppt>. Acesso em: 30 jan. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 192 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.752 de 30 de outubro de 2003. Revoga a Medida Provisória nº 124 de 11 de julho de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 31 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.752.htm>. Acesso em: 10 fev. 2007.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

⁵⁹ A Colômbia, país que tem realizado um conjunto de ações voltadas para o fortalecimento da Biblioteca Pública, sancionou no ano de 2010 uma lei específica para as Bibliotecas Públicas - a Lei de Bibliotecas Públicas - no. 1379.

BRASIL. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.243 de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 03 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm> . Acesso em: 10 jan. 2011.

BRASIL. Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 14 maio 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm>. Acesso em: 05 maio 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007. Institui o Programa Mais Cultura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 2007a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/legislacao/decretos/index.php?p=30349&more=1&c=1&pb=1>> Acesso em: 14 fev. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.559 de 01 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional de Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 05 set. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm>. Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.748 de 08 de junho de 2012. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 08 jun. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7748.htm> . Acesso em: 05 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 117 de 01 de dezembro de 2010. Estabelece como condição para a liberação de recursos financeiros do Ministério da Cultura aos entes federados a existência de biblioteca pública em condições minimamente adequadas de atendimento à população. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 03 dez. 2010. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-117-2010_222204.html> . Acesso em: 05 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF: MinC, 2010. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MinC, 2011. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/bibliotecaviva/o-que-e/plano-nacional-do-livro-e-leitura-%E2%80%94-pnll/>> . Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Apresentação do Programa Mais Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007b. Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/site/2008/05/29/mais-cultura-para-o-brasil-e-o-povo-brasileiro-5/>>. Acesso em: 14 fev. 2008.

COLOMBIA. Ley nº 1.279 de 15 enero de 2010. Por la cual se organiza la red nacional de bibliotecas públicas y se dictan otras disposiciones. **Diário Oficial**. Colombia, 47.586. Disponível em: <http://www.elabedul.net/Documentos/Leyes/2010/Ley_1379.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2014.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos ...** Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (Coord.). Metodologia de análise de políticas públicas. In: _____. **Gestão estratégica em políticas públicas**. Rio de Janeiro: T. Mais.Oito, 2008. p. 87-140.

FARIAS, Fabíola Ribeiro. **A leitura e a biblioteca pública compreendidas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**: uma análise crítica. 2013. 84p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC-99RJJH/fabiola.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **Transinformação**, Campinas, v.18, n.2, p.113-122, mai./ago. 2006. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=5588>. Acesso em: 20 jan. 2010.

FERREIRA, Rubens da Silva. A Sociedade da Informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n.1, p. 36-41, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15971.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/170/149>>. Acesso em: 07 maio 2014.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros**: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LIMA, Wagner Gonçalves. Políticas públicas: discussão de conceitos. In: **Interface** (Porto Nacional), Edição número 05, Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/viewFile/370/260>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?**: Política para a cultura/política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

MACHADO, Elisa Campos, Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010.

MARQUES NETO, José Castilho. **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 jan. 2008.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas**: políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006. 2008. 144 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-7HUKTJ/disserta__o_marilia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 jan. 2014.

RONDELLI, Elizabeth. O Fust das bibliotecas e escolas. **Jornal da Ciência**. 19 fev. 2003. Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=7988>> Acesso em 22/01/2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: **II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/antonio_albino_canelas_rubim.pdf>. Acesso em: 05 maio 2014.

SOUZA, Célia. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no. 16, jul/dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 20 maio 2014.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. In: **Educação e Pesquisa**, v.32, n. 3, São Paulo, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000300009&script=sci_arttext>. Acesso em 16 ago. 2014.

UNESCO. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. Ed. Christie Koontz, Barbara Gubbin. 2. ed. rev. Lisboa: Divisão Geral dos Livros, Arquivos e das Bibliotecas, 2013.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>> Acesso em: 10 jun. 2007.

SITES

BDTD. Disponível em: <<http://btdt.ibict.br/>>. Acesso em 30 abr. 2014.

BRAPCI. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

ENANCIB. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/index>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

PROGRAMA Iberbibliotecas. Disponível em: <<http://www.iberbibliotecas.org/>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

SNBP. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.